

Mediações, práticas de relações públicas e Teoria-Ator-Rede

Mediations, practice of public relations and actor-network theory

Israel Jesus ROCHA¹

Resumo

Este artigo explora alguns desdobramentos da teoria ator-rede para pensar as práticas de relações públicas. A partir da análise de parte da literatura especializada em relações públicas, concentra esforços no modo como a noção de mediação é sugerida pelos teóricos da área e propõe uma perspectiva assentada nas possibilidades abertas por uma noção de prática entendida como associações entre diversos atores. Por fim, sugere-se que o conceito de mediação até então proposto pelos autores das Relações Públicas pode ser repensado a partir do deslocamento das relações públicas como uma prática que articula séries de redes heterogêneas que envolvem muitos atores humanos e não-humanos.

Palavras-chave: Teoria ator-rede. Mediações. Práticas de relações públicas.

Abstract

This paper explores some consequences of the actor-network theory to think about the practices in public relations. From the analysis of the literature efforts on how the notion of mediation is suggested by theoretical and proposes a perspective on the possibilities to think a sense of practice understood as associations between various actors. Finally, it is suggested that the concept of mediation until proposed by Public Relations authors can be rethought from the displacement of public relations as a practice that articulates series of heterogeneous networks that involve many human and non-human actors.

Keywords: Actor-Network Theory. Mediations. Practices of public relations.

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela UFBA. Professor Assistente na Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: israelrochanet@gmail.com

Introdução

Este artigo surge de uma tentativa de pensar novos desdobramentos para pesquisas em Relações Públicas a partir de recentes leituras teóricas nas Ciências Sociais. É o resultado parcial de uma pesquisa sobre as práticas heterogêneas de Relações Públicas na cidade de Salvador. Os achados parciais sugerem uma interlocução de novas referências para pensar não apenas as práticas acima mencionadas, mas o modo como podemos oxigenar a articulação entre a teoria e a prática no campo da comunicação, sobretudo nas Relações Públicas.

Um dos postulados teórico-metodológicos da teoria-ator-rede (actor-network theory, ANT) propõe que sigamos os atores em seu trabalho de fazer o mundo social como o vivemos. Isso significa que o social não será mais pensado como aquilo que explica os fenômenos no mundo, mas aquilo que precisa ser explicado. Desse postulado surge alguns aspectos interessantes para pensarmos as práticas em Relações Públicas. Neste sentido, quais seriam as consequências para questões que envolvem as organizações e suas práticas hoje? Como as novas exigências profissionais podem ser pensadas como uma série de elementos heterogêneos aos quais as relações públicas fazem parte como um mediador ele próprio heterogêneo? E como as práticas profissionais diferem dos sentidos atribuídos pelas práticas de ensino desenvolvidas nas escolas de Relações Públicas?

Esses pontos serão explorados a partir de um desenho metodológico que considera a literatura em Relações Públicas como um ator que produz diferenças no mundo dos seus iniciados. Ela não apenas é passível de ser estudada. Ela lança os próprios profissionais em universos engendrados por ela a partir do momento que a existe como delimitadora de um campo de ação, ou regime de enunciação, como ficará claro no decorrer do texto. Assim, adotamos aqui a análise documental. Os textos teóricos de relações públicas são colocados aqui como mediadores porque eles produzem um amplo espectro de deslocamentos sobre o que é e o que fazem os profissionais de relações públicas. Dizendo de uma forma geral o que é considerado legítimo ou não no campo.

Mediações na literatura de relações públicas

A presença da noção de mediação na literatura da área não é recente. Margarida Kunsch a adota claramente, a partir de 2003, e sugere um caminho muito relacionado ao papel de gestão. No entanto, esta noção aparece de maneira pontual no trabalho de Kunsch (2003) quando a autora aborda a comunicação integrada e as relações públicas como mediadoras dessa integração, com um papel de gestão. Também é sugerida por James E. Grunig (2009), quando se refere a uma “teoria geral das Relações Públicas excelentes”, na qual o profissional teria como papel de gerir o fluxo de informações que perpassa uma organização.

Nesta perspectiva, tal papel só pode ser assumido por profissionais com ampla experiência na área, o que reserva aos iniciados apenas o aprendizado do domínio dos instrumentos, aspecto que não é considerado por Grunig (2009) como “Relações Públicas excelentes”, já que a atividade é por ele concebida para gerir a comunicação e assessorar os dirigentes na concepção de melhores estratégias organizacionais. Além de Kunsch (2003) e Grunig (2009), Cíntia Carvalho (2004) também desenvolveu um trabalho sobre esta noção, sugerindo a ideia de mediação sistêmica nos gerenciamentos de conflitos e crises que afetam as organizações contemporâneas.

As três abordagens apresentam como ponto em comum a ideia segundo a qual relações públicas são atividades gestoras de processos de comunicação, portanto assumindo uma função administrativa. Ao destacarem a noção de mediação como uma função² de Relações Públicas, considerados um ator administrativo, os autores acima mencionados pouco exploram uma perspectiva de construção de sentido inerente aos processos comunicacionais que perpassam as relações públicas e, portanto, seu caráter primariamente mediador.

Neste sentido, para aprofundar tal perspectiva, discutiremos, a seguir, a noção de mediação a partir de autores não diretamente envolvidos com a produção acadêmica da

² Segundo a intuição de Dance (1973, p. 380), observamos que há, na literatura sobre Comunicação, uma “confusão entre função e propósito”, motivo pelo qual este autor observa que função é aquilo “que acontece como um resultado inevitável e natural de algo”; e propósito se limita “àquilo que pode ser feito com algo”. Com esta distinção, observamos que, inseridas no campo da Comunicação como produção de sentido, as relações públicas emergem qualificadas em suas ações, apontando para suas competências e o desempenho que se pode esperar delas.

área, devido à ausência, já identificada, de trabalhos mais consistentes sobre a mediação na literatura direta das relações públicas. Será a partir dos trabalhos de Jean Davallon (2003) e Bruno Latour (2004) que esperamos definir um quadro no qual a mediação possa ser entendida como uma possibilidade alternativa para as dificuldades existentes na abordagem da práxis profissional da área. Antes, vejamos como alguns autores clássicos das relações públicas manuseiam a noção de mediação.

Em linhas gerais temos três concepções teóricas de relações públicas (discurso autorizado) que incorporam a noção de mediação. A mediação da comunicação integrada, proposta por Margarida Kunsch (2003), que concebe o profissional de Relações Públicas como o mediador dos diversos perfis profissionais que são articulados na comunicação organizacional, colocando-o diante da tarefa de articular os diversos discursos, de forma sinérgica, consoante uma estratégia de negócios. Assim:

As relações públicas são o gerenciamento de funções primeiramente responsáveis por moldar e implementar programas de mediação entre os interesses sociais, políticos, econômicos, capazes de influenciar o crescimento e/ou sobrevivência básica da organização. (KUNSCH apud RIBEIRO et al, 2010 p.03)

A mediação na teoria da excelência de James Grunig (2009) convoca o profissional a exercer o papel de gerenciador, pois, para este autor, só poder haver mediação neste sentido.

Para que um programa de Relações Públicas seja eficaz, é necessário que um profissional o gerencie estrategicamente. É necessário que o programa seja orientado aos públicos que exercem maior impacto sobre a organização. Esse gerente estratégico aconselha a alta administração da organização a respeito das consequências de decisões organizacionais sobre os públicos, avaliando se tais decisões podem prejudicar ou beneficiar os relacionamentos com esses mesmos públicos (GRUNIG, 2009, p.22).

A mediação sistêmica e o gerenciamento de crises, tese desenvolvida por Carvalho (2004), leva em consideração que,

Neste contexto, a atividade de Relações Públicas assume especial relevância no tratamento da mediação, entendida como processo que valoriza as emergências originadas na comunicação, na reflexão e no

discernimento, em situações de conflito ou crise, onde se busca transcender a maximização de ganhos para as partes envolvidas, a partir da identificação de suas necessidades individuais, para que, sob este enfoque, não surjam limitações pela ênfase em privilégios, não se desconsiderem os objetivos mais sutis e significativos (CARVALHO, 2004, p.64).

É importante observar, quanto a estas compreensões da mediação no âmbito acadêmico das relações públicas que, não obstante as tentativas de estabelecer uma compreensão unívoca para a atividade, estas estão sempre mescladas a diversas funções. É assim que Kunsch (2003, p.91) baliza a prática de relações públicas pelo gerenciamento da comunicação. Além disso, considera como funções essenciais,

para o processo de planejamento e gestão das relações públicas nas organizações, as seguintes: a função administrativa (*teoria interorganizacional*), a função estratégica (*teoria de gerenciamento*), a função mediadora (*teoria da comunicação*) e a função política (*teoria de conflitos-resoluções*) (KUNSCH, 2003, p.100, **grifos da autora**).

Observa-se, portanto, no discurso autorizado, a ausência de uma concepção teórico-prática articulada, pois seus autores limitam-se a expandir as funções da atividade, que passa a ser vista em diversos aspectos circunstanciais, seja em dinâmicas no âmbito organizacional ou da comunicação, para ficar apenas nestes dois âmbitos. Assim, conforme se acentue uma ou outra dessas caracterizações, as dificuldades de delimitação das atividades ainda permanecem nos textos clássicos. Pode-se perceber como as práticas de relações públicas circulam neste processo numa tentativa de confronto com outras áreas da comunicação, como vemos a seguir:

Para entendermos a verdadeira função das relações públicas [...], consideramos primordiais duas premissas: a primeira é a distinção entre relações públicas e marketing; a segunda, a importância que se deve dar aos fundamentos teóricos dessas duas áreas de conhecimento (KUNSCH, 2003, p.91).

Em síntese, as concepções de Relações Públicas sofrem deslocamentos para outros âmbitos, assumindo um caráter cada vez mais genérico, como nos termos de Kunsch: “[...] é bastante amplo o campo a ser explorado pelas relações públicas e, conseqüentemente, são bem vastas as exigências que lhe são postas” (2003, p.91).

Outra questão não menos importante está no fato das relações públicas estarem também preenchidas por práticas de administração, o que leva a maioria de seus autores a conferir-lhes uma função gestora. Neste sentido, a prática profissional somente é considerada em sua função dinâmica, enquanto processo de gerenciamento do planejamento de comunicação, sua técnica aplicada, por excelência, à resolução de conflitos que ora se situam no âmbito da comunicação, quando se trata da instrumentalização de meios de interação; ora é articulada ao poder organizacional na determinação de estratégias de negócios. É neste último sentido que Simões (1995, p. 83) a concebe como uma função organizacional política, com a finalidade de legitimar as ações/decisões da organização, justificando a sua classificação no âmbito administrativo,

por que a este cargo organizacional lhe corresponde pesquisar expectativas, interesses, opiniões, conjunturas; assessorar as lideranças organizacionais sobre as políticas; planejar o programa anual de comunicação [...] atribuições [que] são, em sua essência, funções administrativas, previstas no mais simples manual de administração (SIMÕES, 1995, p. 83-84).

Desta leitura observa-se, portanto, a fragmentação de concepções sobre as Relações Públicas, ainda que se possa evidenciar a ênfase das funções gerenciais, o que não resolve a questão que nos interessa, a compreensão da relação dinâmica que se estabelece entre a teoria e a prática e as dinâmicas redes heterogêneas de atores em que circula as relações públicas. É neste sentido que passamos a discutir, então, a noção de mediação técnica como um ponto chave para entendermos as práticas das Relações Públicas.

Caminhos para pensar a mediação como desdobramento da prática de relações públicas

A fluidez do termo mediação nos conduz a uma tentativa de compreender como a ação de um terceiro tem consequências no trabalho de relações públicas. Se ela pode ser empregada em diversos campos, sendo inclusive já utilizada por autores no próprio

*regime de enunciação*³ das Relações Públicas, como podemos desloca-la a ponto de lançar um novo olhar sobre as atividades concernentes aos profissionais da área? Diante disso, pretende-se ir mais além e apresentar aspectos que também possam ser incorporados, permitindo entender os processos de mediação que envolvem não apenas os humanos, mas os artefatos, essenciais para pensarmos estabilidades no âmbito da comunicação e das relações sociais.

A palavra mediação, derivada do latim tardio *mediatione*, sugere diversos sentidos relacionados à ação de mediar: estar entre duas partes, relação que se estabelece entre essas duas partes; intervenção, intercessão e intermédio. Além desses, outros significados estão relacionados ao âmbito jurídico, indicando o resultado da ação de uma terceira pessoa, de outro imparcial que, através de sua ação, conduz as partes à superação do conflito. Seja na definição jurídica ou em suas transformações no decorrer de seu uso pelos atores sociais, a palavra mediação conservou a ideia segundo a qual, para se produzirem acordos e soluções entre partes, sejam estas marcadas pela discordância ou mesmo buscando um entendimento comum, se faz necessária a presença de uma terceira pessoa para conduzir o processo de entendimento.

As apropriações desta noção e os usos pelas diversas disciplinas e campos de saber continuam a destacar a presença daquele terceiro que liga, que faz a ponte entre partes, tendo em vista estabelecer o consenso ou acordo sobre determinada questão em disputa, a solução de um conflito, as bases ou fundamentos para uma interlocução ou mesmo o estabelecimento de um diálogo. Esta posição autorizada confere abertura para uma possível compreensão entre os atores envolvidos em situações de conflito.

Este emprego mais usual também está presente quando pensamos nas abordagens comunicacionais, principalmente nos usos dos instrumentos de comunicação como elementos que proporcionam a mediação entre as organizações e seus públicos. Emerge quando concebemos a ideia de negociação para a construção de consensos e acordos sobre questões controversas que envolvem conflitos. Está presente nas teorias das relações públicas como articuladas por Margarida Kunsch (2003) e, principalmente, por James E. Grunig (2009), como vimos. Em todas essas possibilidades, evidenciam-se os contextos dinâmicos que tornam possível a

³ *Regime de Enunciação* é uma noção usada por Bruno Latour (2004) para mostrar nos modos de desenvolvimento e desdobramento das mediações a fonte dos tipos de coordenação, questão que aparece nas sociologias do social a partir da ideia de estruturas subjacentes ou preexistentes.

plasticidade da ideia de mediação, o que motivou a procura de sua articulação às relações públicas numa perspectiva comunicacional, além das já apontadas pelos autores acima mencionados.

A ação deste terceiro, como modificadora de uma situação que, quando articuladas as partes, produz resultados diferentes do estágio inicial, está presente em outras abordagens. Assim ocorre no Direito. Este *regime de enunciação* concebe tal noção a partir de dois pontos: o transformador e o acordista. No primeiro, consideram-se os interesses dos envolvidos e se privilegia a dimensão da integração e do diálogo entre as partes. No segundo, há o pressuposto do conflito e do desajuste social como algo que precisa ser superado, sendo que o mediador surge como o solucionador do impasse. Assim, podem se distinguir duas fases de mediação: a fase de investigação, que estabelece os fatos, enfatizando os meios de conhecimento pertinentes, e a fase de julgamento, que se concentra nos meios legais de prova e sentença, articulando-se teoria e ação profissional.

Em outros *regimes de enunciação*, as partes são instâncias institucionais e organizacionais, como quando articuladas em algumas teorias da educação e da comunicação, nas quais estas instâncias podem ser a sociedade, a cultura, sendo os educadores ou os meios de comunicação responsáveis por tais mediações, por exemplo. Os comunicadores (a mediação midiática), através dos meios e das competências necessárias, são os atores mediadores entre os acontecimentos e a sociedade, como os jornalistas, ou articuladores de discursos dirigidos, também apoiados em investigações e pesquisas, como os Publicitários ou Relações Públicas. O mesmo acontece com os educadores (a mediação pedagógica) que são responsáveis pela regulação das interações educativas nas relações de aprendizagem. Estes desenvolvem entre seus educandos a possibilidade de se relacionarem com algo que é interior e exterior ao mesmo tempo: o conhecimento.

Seja em seu uso corrente ou nas apropriações por *regimes de enunciação*, como o Direito, a Educação e a Comunicação, a noção de mediação é empregada para designar a articulação de diversas instâncias, por um terceiro. Este, geralmente humano ou constituído por ele, ainda que possa representar uma organização, estando no exercício de uma função, ou mesmo que consideremos o uso de máquinas para tal articulação. Neste sentido, as mediações são constituídas a partir do estabelecimento de

práticas, principalmente quando tratadas no âmbito profissional. Mediar, aqui, é ação relacionada a práticas e a modos de agir institucionalizados. Em se tratando de uma prática, envolve processos que articulam dimensões materiais e imateriais.

Além desses empregos já mencionados, a noção de mediação ainda pode ser encontrada em abordagens sobre os usos das tecnologias. A mediação aparece como um recurso para superar os determinismos sociais e técnicos. Tem-se a ideia de que a tecnologia acaba estruturando e reestruturando as práticas sociais. Elas são apropriadas e seus usos ganham outros caminhos para os quais não foram concebidas inicialmente. Aqui, portanto, a noção de mediação designa tanto as operações de tecnicização dos processos de comunicação (mediação técnica) como as intervenções da dimensão subjetiva e coletiva nas práticas de comunicação (mediação social). Os estudos sobre a mediação procuram articular ambos os aspectos, desprezando as separações possibilitadas por análises que consideram um ou outro desses determinismos.

No entanto, ainda que reconheçamos as potencialidades de uso desta noção – trata-se de empregos para designar práticas corriqueiras em diversas situações, principalmente nas que envolvem conflitos, divergências ou controvérsias –, sua abrangência e seus usos a tornam um desafio a ser pensado para os objetivos deste trabalho. Um desafio seria pensar o que produz e permite fazer tal prática? Ou como podemos colocar a mediação como um aspecto da articulação entre a teoria e a prática, dois lados separados por uma ponte pouco frequentada? Portanto, é preciso observar que, para articularmos a noção de mediação às relações públicas, alguns deslocamentos precisarão ser operados. Como veremos na próxima seção.

Mediações e redes heterogêneas entre humanos e não-humanos

Seguindo as indicações de Jean Davallon (2003), pode-se considerar que a noção de mediação implica: a) uma ação que produz um efeito sobre o outro. Os atores envolvidos se influenciam e se deixam influenciar pelo contexto e atores nele envolvidos. Por isso, b) os atores e a situação de partida sofrem alterações devido às mudanças nos contextos nos quais as mediações ocorrem. Dizendo de outro modo, no transcurso da situação, os atores e a própria situação sofrem alterações por diversos fatores que escapam ao controle dos atores envolvidos; c) há sempre uma situação

incômoda em relação ao estatuto deste terceiro, que pode ser humano em suas ações ou não-humanos⁴. E, por fim, d) a ação do terceiro sempre produz um impacto sobre o ambiente social no qual transcorre a ação (DAVALLON, 2003).

Guardadas as devidas proporções, tanto em seu uso corrente, quanto inserida nos *regimes de enunciação* como educação, do direito e da comunicação, a ideia de mediação como algo articulado por um terceiro, a partir de uma tríade, será precariamente conservada no que se segue. Usamos o termo precário para acentuar a dimensão dos acréscimos que aqui serão tributados à noção, como, por exemplo, considerar a agência dos não-humanos nos processos de sedimentação de realidades, algo pouco pautado nas articulações teórico-práticas da área das relações públicas (a ideia de mediação técnica). Portanto, seu uso, à maneira como o concebemos e iremos discutir mais adiante, nos permite apontá-la como um recurso útil para pensarmos as relações entre teoria e prática. Como um deslocamento para pensarmos a prática profissional.

Além da noção colocada por Davallon (2003), precisa-se tratar outra abordagem sobre mediação, agora num sentido estrito, mas que abre amplas possibilidades de interpretação, principalmente para pensarmos, por exemplo, as relações que os profissionais de Relações Públicas estabelecem com as suas ferramentas cotidianas. Como estas ferramentas (não-humanos) em relação com os humanos permitem a formação de redes precárias que são constantemente atualizadas pelas ações dos atores em seu cotidiano. Como não se trata de um pensamento familiar, precisaremos discutir alguns pressupostos, antes de apresentarmos os quatro significados da mediação técnica, propostos por Latour (2012, 2004, 2001, 2000, 1981).

Os trabalhos de Bruno Latour remontam às suas reflexões no campo dos estudos sociais sobre a ciência e a tecnologia. Seu primeiro trabalho, nas ciências sociais, escrito em parceria com um sociólogo inglês, Steve Woolgar, procurou fazer uma descrição do cotidiano dos cientistas de um prestigiado laboratório de endocrinologia americano, o Instituto Salk (LATOURE; WOOLGAR, 1981). Decidiu, então, fazer uma antropologia do próprio “centro”, numa referência aos trabalhos dos cientistas em nossa sociedade.

⁴ Observaremos, no entanto, que nem sempre os não-humanos recebem as devidas considerações nas análises das mediações e este será o salto qualitativo que tentaremos esboçar neste trabalho.

A primeira ideia que precisamos reter dos trabalhos de Latour é certa negação da relação, ou mesmo primazia, entre atores e estrutura. Para Latour, a questão de estar de um lado ou de outro depende intimamente da maneira como o pesquisador constrói sua abordagem. Para ele, o problema de muitos sociólogos⁵, e também muitos pesquisadores em comunicação que podemos observar, tem sido o de atribuir uma essência ao social, reservando a este campo tudo o que não era econômico, político, químico ou biológico. O problema que ele levanta é que a tentativa bem sucedida de Durkheim (2007) acabou encerrando o social, dando-lhe uma substância e reificando-o. Tudo passou a ser tratado como social, quando não se tratava de outros campos de conhecimento também disciplinares (LATOURE, 2012).

Este encerramento engendrou possibilidades limitadas para se compreender como os humanos e os não-humanos interagem, por exemplo, no momento de explicar questões da ciência e da tecnologia, sem privilegiar a dimensão humana. Aqui reside outra dimensão importante dos trabalhos de Latour. Do ponto de vista ontológico, sabemos que há muitas diferenças entre os seres humanos e os não-humanos, e a primeira que poderíamos destacar é a intencionalidade dos atos humanos, sua capacidade de agir relacionada a objetivos e fins. No entanto, quando se trata de explicar as relações entre humanos e não-humanos, e, principalmente, perguntar-se sobre o que dá estabilidade ao mundo dos humanos, é preciso revisar a ideia de agência, como esta tem sido corriqueiramente utilizada pelas Ciências Sociais.

Em termos gerais, a ideia de agência nas ciências humanas sempre fora marcada pelos atos intencionais dos humanos. Agimos de certa forma porque procuramos obter determinados resultados com nossa ação. Do ponto de vista de Latour, a agência é nada mais do que a capacidade que um ator (seja ele humano ou não-humano) tem de mudar o curso da ação de outro. Isso revela que não há privilégios em termos de abordagem sobre o curso da ação. Numa análise de um fenômeno, o ponto de partida pode ser, neste sentido, a ação de um não-humano. A ideia central ao argumento é que atores não-humanos contribuem significativamente para a estabilização (mesmo que precária) do social.

⁵ Bruno Latour se refere a Durkheim, especificamente, por ter sido o fundador da Sociologia institucionalizada.

Para sustentar a ideia de mediação técnica precisamos, entretanto, considerar estes pressupostos e levantar outros quatro que fundamentam o trabalho do autor, e que nos ajudarão no momento de pensarmos a mediação como questão interessante para entendermos a relação entre teoria e prática na atividade de Relações Públicas. Estes pressupostos, em quatro pontos, serão discutidos a partir das palavras: *atuantes*, *irreduções*, *translações* e *associações*. Vejamos um a um.

Para Latour, não existe diferença entre os núcleos duros da realidade objetiva (HARMAN, 2007, p.33) e os frouxos laços das relações sociais arbitrárias. Tudo que existe deve ser considerado um ator: *atuantes*. Isso quer dizer que precisamos considerar que há uma equação no tratamento entre humanos e não-humanos (pedras, ratos, chuva ou qualquer outro). Todos são considerados atores, no sentido que produzem diferenças no modo como uma rede sociotécnica poderá ou não ser conformada. Com isso, Latour (procura revelar os processos mediante os quais temos certas figurações e não outras, fundamentais para compreendermos a noção de *regimes de enunciação*⁶. O autor apresenta um exemplo interessante de algo que surge como um ator num determinado momento. Pensemos no caso do fermento láctico de Pasteur. Como podemos afirmar que os micróbios existiam até a sua descoberta, por Pasteur, em 1865? Ou mesmo: como Pasteur poderia ser Pasteur até a aparição dos micróbios como micróbios naquele mesmo ano? O jogo de palavras é curioso e aponta para a formação de uma rede na qual, ao mesmo tempo em que emergiu um Pasteur, emergiu um conjunto de entidades que faziam (e não faziam) parte do mundo. Foi mediante a ação de Pasteur que os micróbios vieram ao mundo, mas foi mediante a ação dos micróbios (sendo recalcitrantes em muitos momentos, cedendo em outros, passando por uma série de experimentos) que Pasteur veio ao mundo (LATOUR, 2001).

O segundo pressuposto está relacionado à ideia de que nada pode ser redutível ou irreduzível a outro estado de coisas qualquer: *irreduções*. Ao mesmo tempo em que um ator conserva uma singularidade, porque resiste (é recalcitrante), ele só pode ser ele mesmo numa teia de relações que o revelam como tal. Pensemos no exemplo anterior. Os micróbios não seriam micróbios sem Pasteur e nem este seria o que foi sem os

⁶ Latour, em *Enquete sur les modes d'existence* (2012), discutirá este argumento a partir da ideia de modos de existência. Ideia muito similar aos regimes de enunciação, mas que já indica um pluralidade de situações marcadas não apenas por discursos, mas sobretudo por práticas.

micróbios. Ao mesmo tempo em que ambos guardam sua singularidade, a mesma só pode ser definida na relação.

O terceiro pressuposto é o da *translação (tradução)*. Parte-se do princípio de que um ator só pode ser ele apenas de uma maneira no espaço e no tempo, sendo de outra forma em tempos e espaços posteriores. Parece uma ideia trivial, mas com consequências fundantes para nossos propósitos. Aqui a ideia de tradução foge do estreito âmbito da linguagem, o que seria concebido apenas como um privilégio dos humanos, sendo incorporada às ações dos não-humanos. Com o tempo, interações são incorporadas e perdidas, ampliadas e reduzidas. Dizendo de outro modo, há neste pressuposto a ideia segundo a qual com a mudança de tempo e espaço, há variações nas redes de relações entre os humanos e não-humanos, conformando alguns estados e não outros. O exemplo de Pasteur e seu ácido láctico ainda nos serve. Pensemos na ausência de Pasteur como descobridor dos micróbios até a exibição de seus experimentos. Pasteur era um químico articulado ao mundo científico francês, mas em nenhum momento o Pasteur dos micróbios. Ele tornou-se, então, o Pasteur dos micróbios, a partir de sua capacidade de arregimentá-los de forma que cooperassem com seus experimentos (HARMAN, 2007; LATOUR, 2001).

Por fim, mas não menos importante, temos como pressuposto as *associações*. Nenhum ator é inerentemente forte ou fraco, ele torna-se forte ou fraco, de acordo com as associações e alianças (HARMAN, 2007, p.42). A ideia de associações é fundamental para entendermos o trabalho de Latour e o nosso interesse aqui. Ao afirmar que os atores só se revelam nas associações, precisamos compreender que o peso maior numa análise recai sobre os fios que atam e circulam entre os atores, e não nos próprios atores.

Outra consequência desse aspecto é a maneira como percebemos certas associações como coisas estáveis no tempo. Certas figurações só são possíveis mediante um trabalho contínuo de manutenção de tais associações e que, assim, as mesmas parecem naturalizadas, quando não o são. É neste sentido que é possível falar em regularidades, e só nesse sentido.

As tramas que sustentam regularidades são explicadas a partir do momento que é possível trilhar as redes que as tornam singulares. Demonstrar os pontos que estabilizam e mantêm as regularidades das relações, seguindo as trilhas deixadas pelos atores em

seu trabalho de regularizar as relações. Por isso, John Law (2005) fala em *pontualizações*, uma noção utilizada para demonstrar como certas redes e associações concentram-se num determinado ator, não revelando toda a trama que o sustenta. É esta ideia de associação que nos assegurará um ponto de partida para pensarmos a atividade de relações públicas como mediadora, mais adiante.

Considerações finais

Por fim, e a mais importante para os nossos propósitos, é a ideia das mediações técnicas, que, inicialmente, pode parecer uma noção restrita pelo qualificativo técnico. No entanto, o termo sugere, para Latour, diversas situações nas quais estão imersos atores humanos e não-humanos, em busca da estabilização de uma determinada rede. Vejamos como coloca Latour:

O problema parece trivial quando considerado assimetricamente. ‘Sem dúvida’, dirá alguém, ‘um produto da tecnologia deve ser apanhado e ativado por um sujeito humano, um agente intencional’. Mas o problema que estou levantando é simétrico: o que é verdadeiro relativamente ao ‘objeto’ o é ainda mais relativamente ao ‘sujeito’. **Em sentido algum se pode dizer que os humanos existem como humanos sem entrarem em contato com aquilo que os autoriza e capacita a existir (ou seja, agir)** (LATOURE, 2001, p. 221, grifo nosso).

As mediações técnicas compreendem todos os aspectos envolvidos no trabalho de sedimentação e sustentação de certa visão sobre a organização. Aos profissionais de RRPP cabe a tarefa de realizar os esforços necessários para levar a cabo tal empreendimento. Se fizermos uma interpretação assimétrica, nos termos latourianos, diríamos que pouco se pode observar de interessante em tal trabalho. O RRPP planeja, escolhe os instrumentos, emprega-os e avalia os resultados. Tudo não passou do resultado da ação de um humano (o profissional de RRPP), que desencadeou e tomou sucessivas decisões até chegar ao resultado final. Se fizermos uma leitura simétrica (aquela que não estabelece essências a priori para as ações de humanos e não-humanos), perceberemos uma multiplicidade de ações que se entrelaçam no sentido de conformar tais visões e sustentar o trabalho. Vejamos este ponto, com mais atenção.

Quando colocamos as mediações técnicas como o eixo central da atividade das relações públicas, procuramos evidenciar uma questão que foi secundariamente tratada pelas teorias sobre a prática da atividade. As teorias fazem menção, falam das práticas, sugerem instrumentos para orientar os futuros profissionais, ainda em sua fase de formação, oferecem orientações éticas de como agir, mas poucos detalham quando as relacionam a um discurso sobre a construção de um *regime de enunciação* no qual os autorizados veiculam imagens excessivamente positivas de tal atividade. Ou seja, a prática, ela mesma, assume um caráter secundário em relação ao discurso sobre a atividade.

Neste sentido, pouco é feito sobre os instrumentos (eles apenas são intermediários⁷); pouco é feito sobre as mediações (as menções ao termo mediação aparecem pontualmente em Kunsch (2003), e mais detalhadamente em Grunig, 2009), numa perspectiva que resolvemos abandonar quando procuramos tratar das práticas e seu amplo espectro de mediações, pois pouco nos ajuda a resolver os problemas colocados.

As práticas das relações públicas estão repletas dessas tramas que envolvem atores diversos. Frequentemente, nos referimos aos modos como atuamos e agimos no cotidiano da atividade, mas pouco evidenciamos esse caráter heterogêneo das práticas. Quando acentuamos a prática é apenas como um recurso em oposição a uma posição teórica. Os estudantes, frequentemente, exigem que seus cursos sejam práticos (digamos instrumentais) e que deixemos de lado a teoria.

A prática que tratamos aqui se refere não só aos modos de fazer da atividade como também ao próprio esforço deliberado de pensar sobre ela, desde o nível mais situacional, aquele do estagiário envolvido na produção de um *press-release*. Remetemo-nos também aos modos de ser que são proliferados e lançados ao mundo, quando atuamos como profissionais de RRPP. Trazemos ao mundo novos instrumentos (aqui no sentido de mediadores, que produzem diferenças) e produzimos estabilizações organizacionais, situações que perduram por longos períodos e são ajustadas em seu percurso.

⁷ Intermediários são aqueles não humanos que não produzem diferenças nos cursos de ação que envolvem relações com humanos e não humanos (LATOUR, 2012).

Em suma, a prática à qual este trabalho se refere é o fazer mesmo da atividade. As mediações que constituem situações estáveis que nos fazem concluir que tal ação só poderia ser obra de uma atividade de relações públicas. É através das mediações que as estabilizações precárias constituem uma atividade e só a sua compreensão permite percebê-las enquanto tal. A questão colocada por Latour aqui se faz pertinente:

[...] como as mediações heterogêneas, tornadas manifestas pela pesquisa, se reagrupam para formar coerências provisórias? E sua resposta ainda mais elucidativa: procurar nos modos de desenvolvimento e desdobramento das mediações a fonte dos tipos de coordenação, [...] o que eu chamo de ‘regimes de enunciação’, [...] uma forma precisa de contaminação, concatenação, de conexão, de mediação, de veículo que permite dar conta do tipo de associação específico (LATOUR, 2004. p. 11-12).

Trata-se então de revelar as conexões que tornam uma certa associação que comumente concebemos como atividade de relações públicas possível, e suas mediações. As consequências dessas associações em seu tempo e espaço só podem ser evidenciadas mediante o escrutínio do pesquisador que segue as trilhas deixadas pelos atores em suas tarefas cotidianas de proliferar os híbridos no mundo. Sugere-se, neste sentido pensar em termos de mediação as práticas possíveis e os modos como os conceitos da teoria-ator-rede podem nos ajudar a pensar tais práticas no campo.

Referências

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Psicossociologia das relações públicas**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1989.

BASTOS, Anaéli. **A comunicação entre o “ausente” e o “implícito”**: um estudo sobre a (não) abordagem das teorias da comunicação na literatura de referência das relações públicas. 2006. 108f. Monografia. Orientadora: Prof^{ra}. Tania Regina Fernandes Cordeiro.

CARVALHO, Cíntia da Silva. **Relações públicas e a perspectiva sistêmica de mediação no gerenciamento de conflitos e crises organizacionais**. 2004. 203f. Tese de doutorado – Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Orientador: Roberto Porto Simões.

DAVALLON, Jean. Mediação: a comunicação em processo. **Médiations & médiateurs**, v. 9, 2003.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HARMAN, Graham. The importance of Bruno Latour for philosophy. **Cultural studies Review**, v. 13, n. 1, Research Library, mar. 2007.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Relações públicas: história, teorias e estratégias nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **A produção científica em relações públicas e comunicação organizacional no Brasil: análises, tendências e perspectivas**. Revista Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, Ano 24, n. 39, 2003a. Disponível em: <www.eca.usp.br/alaic/boletin11/kunsch.htm>. Acesso em: 19 mar. 2009.

_____. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. Ed. rev. e at. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Relações públicas e modernidade: novos paradigmas na comunicação organizacional**. São Paulo: Summus, 1997.

LATOUR, Bruno. **A esperança de pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____. **Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede**. Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. Se falássemos um pouco de política. **Revista sociologia**. Porto Alegre. n. 04, abr., 2004.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **Vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Tradução de Angela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997. 310 p.

LATOUR, Bruno. Como falar do corpo: a dimensão normativa sobre os estudos da ciência. In: NUNES, J.A. & ROQUE, R. (Org.). **Objetos impuros: experiências em Estudos Sociais da Ciência**. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

RIBEIRO et al. Teoria da mediações flexionada por Gruning na Teoria da excelência. **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010**.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações públicas e micropolítica**. São Paulo: Summus, 2001.

_____. **Relações públicas: função política**. São Paulo: Summus, 1995.

WEY, Hebe. **O processo de relações públicas**. São Paulo: Summus, 1986.